

LEONARDO RODRIGUES WALESKI

**ESTRUTURA OPERACIONAL E CONTÁBIL APLICADA ÀS EMPRESAS  
ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIO**

Monografia apresentada ao Programa de Curso de Pós-Graduação do Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná como requisito para obtenção do título de Especialista em Gestão de Negócios.  
Orientador: Professor Dr. Lauro Brito de Almeida.

CURITIBA  
2007

## RESUMO

WALESKI, Leonardo Rodrigues. O presente trabalho tem por finalidade demonstrar a estrutura operacional e contábil que dirige e ampara o sistema de consórcio, um mecanismo gerador de crédito ao consumo. Com vantagens inquestionáveis sobre as demais modalidades de crédito - financiamento, leasing, finame etc -, o sistema de consórcios surgiu na década de 60, impulsionando o processo industrial brasileiro, principalmente o automobilístico. No aspecto operacional, serão tratados os conceitos básicos do sistema, suas principais nomenclaturas (fundo comum, fundo de reserva, taxa de administração etc), os itens que devem obrigatoriamente constar em contrato de adesão ao grupo de consórcio, direitos da administradora e do consorciado, regras para sorteios e lances, entidades de classe, órgão fiscalizador, dentre outros. No quesito contabilidade, será demonstrada a estrutura do plano de contas de um grupo de consórcio - COSIF -, regras para publicação das demonstrações contábeis e o esquema para registro contábil das principais operações de um grupo de consórcio, desde a sua constituição até o seu encerramento. Parte da pesquisa foi desenvolvida com informações obtidas das seguintes formas: junto ao Banco Central do Brasil, principalmente no tocante a normatização da atividade de administração de consórcios; com empresas desenvolvedoras de softwares específicos para a atividade e contadores de administradoras de consórcios, principalmente relacionadas aos registros contábeis; ABAC e SINAC, no tocante a publicações de entrevista e informativos relacionados ao segmento. Com isto, espera-se demonstrar ao leitor deste trabalho as principais normas e características que norteiam a atividade, fornecendo subsídios para a contratação segura de um bom plano de consórcio, evitando frustrações tanto para a administradora quanto para o consorciado, bem como as principais peculiaridades contábeis em relação aos grupos de consórcios.

Palavras-chave: consórcio; fundo comum; sorteio; lance; contemplação.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>III</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>VI</b>
<b>CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>VII</b>
<b>CAPÍTULO 2 – HISTÓRICO DO SURGIMENTO DOS CONSÓRIOS.....</b>	<b>VIII</b>
2.1 – Conceito Básico.....	VIII
2.2 – Surgimento do Consórcio.....	VIII
<b>CAPÍTULO 3 – O SISTEMA DE CONSÓRCIO.....</b>	<b>X</b>
3.1 – Conceito Básico.....	X
3.2 – Sistema de Consórcio.....	X
3.3 – Nomenclaturas.....	XIV
3.3.1 – Fundo Comum (FC).....	XIV
3.3.2 – Taxa de Administração (TA).....	XV
3.3.3 – Fundo de Reserva (FR).....	XV
3.3.4 – Seguro.....	XVI
3.3.5 – Administradora.....	XVI
3.3.6 – Grupo de Consorciados.....	XVII
3.3.7 – O Plano.....	XVII
3.3.8 – Contribuição Mensal.....	XVII
3.3.9 – Carta de Crédito.....	XVII
3.3.10 – Bem (de consumo durável ou imóvel).....	XVIII
3.3.11 – Garantia.....	XVIII
3.3.12 – Cota.....	XVIII
3.3.13 – Sorteio.....	XVIII
3.3.14 – Lance.....	XIX
3.3.14 – Lance.....	XIX
3.4 – Contrato de Participação no Grupo de Consórcio.....	XIX
3.4.1 – Conceito Básico.....	XIX
3.4.2 – Prazos de Duração dos Grupos.....	XIX
3.4.3 – Antecipação de Pagamento de Prestação Mensal e do Saldo Devedor....	XX
3.4.3.1 – Pagamento Antecipado de Prestações.....	XX
3.4.3.2 – Liquidação do Saldo Devedor.....	XXI
3.4.4 – Utilização do Crédito Contemplado.....	XXI
3.4.5 – Atraso ou Falta de Pagamento das Prestações.....	XXI
3.4.6 – Exclusão do Consorciado.....	XXII
3.4.7 – Forma de Participação no Grupo de Consórcio.....	XXII
3.5 – Contrato de Adesão.....	XXIII
3.5.1 – Conceito Básico.....	XXIII
3.5.2 – Especificação do Bem.....	XXIV
3.5.3 – Bens e Veículos Usados.....	XXIV
3.5.4 – Prazo Para o Pagamento ao Fornecedor.....	XXV
3.5.5 – Garantias.....	XXV
3.5.6 – Juros e Multas por Atraso nas Prestações.....	XXV
3.5.7 – Prazos de Duração.....	XXVI
3.5.8 – Desistência.....	XXVI
3.5.9 – Cálculo das Prestações.....	XXVI
3.5.10 – Taxa de Adesão.....	XXVII
3.5.11 – Regras Para Sorteios e Lances.....	XXVII
3.6 – Assembléias.....	XXVIII
3.6.1 – Conceito Básico.....	XXVIII
3.6.2 – Representantes do Grupo.....	XXVIII

3.6.3 – Lista de Participantes.....	XXVIII
3.6.4 – Assembléias Gerais.....	XXIX
3.6.5 – Assembléias Gerais Extraordinárias.....	XXIX
3.6.7 – Encerramento do Grupo.....	XXX
3.6.8 – Contemplação.....	XXX
3.6.9 – Compra do Bem Via Sistema de Consórcio.....	XXX
<b>CAPÍTULO 4 – CONTABILIDADE DE CONSÓRCIO.....</b>	<b>XXXIII</b>
4.1 – Conceito Básico.....	XXXIII
4.2 – Publicação dos Balanços.....	XXXV
4.3 – Fiscalização.....	XXXV
4.4 – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.....	XXXVI
4.4.1 – Normas Básicas.....	XXXVI
4.4.2 – Elenco de Contas.....	XXXVIII
4.4.3 – Esquema de Registros Contábeis.....	XXXIX
<b>CAPÍTULO 5 - CONCLUSÃO.....</b>	<b>L</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>LII</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>LIII</b>
Anexo 1.....	LIV
Anexo 2.....	LV
Anexo 3.....	LVIII
Anexo 4.....	LX
Anexo 5.....	LXII
Anexo 6.....	LXIII
Anexo 7.....	LXV
Anexo 8.....	LXVIII

## **LISTA DE SIGLAS**

AABB - Associação Atlética Banco do Brasil

ABAC - Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios

AIACO - Associação Internacional de Administradoras de Consórcio

BACEN - Banco Central do Brasil

CMN - Conselho Monetário Nacional

COSIF - Plano Contábil das Instituições Financeiras

MF - Ministério da Fazenda

SINAC - Sindicato Nacional dos Administradores de Consórcio

## CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

A presente monografia tem por finalidade demonstrar a estrutura operacional e contábil que dirige e ampara o sistema de consórcio que, durante muito tempo, foi utilizado como mecanismo gerador de crédito ao consumo, comparada a outros produtos financeiros – financiamento, leasing finance -, com a principal argumentação de seu custo baixo em relação aos seus “concorrentes”.

O Consórcio é importante para o fabricante/distribuidor porque tem em si um mecanismo de venda futura e é importante, principalmente, para o consumidor, pois terá um crédito à sua disposição para fazer sua aquisição. Uma aquisição que terá, como maior destaque: um maior poder de compra.

Os grupos de Consórcio surgem através de reunião de pessoas, visando à obtenção ou satisfação de uma meta.

O Sistema de Consórcios é importante para quem quer ou pode renunciar, ao menos momentaneamente, ao sagrado direito de consumo, e receber, em contrapartida, o benefício de um dos mais baixos, entre todos os outros, mecanismos financeiros. Aborda também, a história do sistema de consórcio no Brasil, desde sua origem até os dias atuais.

Este trabalho, no aspecto contábil, dará total ênfase à contabilidade dos grupos de consórcios (pessoa jurídica atípica), devido as suas particularidades. Não será abordada a contabilidade da administradora de consórcios (pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída), pois trata-se de uma simples prestadora de serviços; entretanto, os critérios especiais também serão abordados, quando for o caso.

## **CAPÍTULO 2 - HISTÓRICO DO SURGIMENTO DOS CONSÓRCIOS**

### **2.1 – Conceito Básico**

A palavra consórcio tem origem na língua latina, *consortiu*. Segundo Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, no Novo Dicionário da Língua Portuguesa: “Substantivo masculino. Sócio em relação a outro. Confrade, colega. Consórcio, do verbo consorciar”.

### **2.2 – Surgimento do consórcio**

O Consórcio surgiu no Brasil na década de 60, num cenário marcado pela primeira grande crise econômica, que atravessava sua fase industrial, notadamente a automobilística. A década de 60 foi abalada pela concentração de renda da economia e ausência de mecanismos de financiamento, responsáveis pela restrição brutal da demanda por produtos do setor de bens de consumo duráveis. Com a conseqüente retração nas taxas de crescimento do País e a aceleração inflacionária, a população não tinha como absorver os produtos que, como o automóvel, começavam a ser produzidos no Brasil.

É nesta conjuntura que o Sistema de Consórcios surge com vantagens inquestionáveis sobre as demais modalidades de crédito, impulsionando o processo industrial brasileiro.

O primeiro grupo consorcial, criado em setembro de 1962, foi fruto da iniciativa de um grupo de funcionários do Banco do Brasil que, habituados a manusear dinheiro, foram pioneiros na constituição de grupos estruturados de pessoas que, mediante o pagamento de pequena taxa de administração e coleta de recursos, tinham como objetivo a aquisição mensal de automóveis mediante sorteio. A operação se repetia mensalmente, para que, ao final de determinado prazo, todos os participantes tivessem recebido seus bens.

O primeiro grupo formado era composto por 200 participantes que, num prazo de 60 meses máximos, retirariam seus automóveis através do primeiro mecanismo de crédito isento de juros no país.

Sua característica simples, com flexibilidade na exigência de garantias, baixas mensalidades, e seu caráter sócio-grupal atrelado ao ambiente festivo em que se realizavam as reuniões mensais, criaram identidade imediata do povo brasileiro ao sistema de consórcio que passou, imediatamente, a despertar o interesse das montadoras de veículos que tentavam se consolidar no Brasil.

De fato, grande parte da produção automotiva da época foi absorvida pela população através do Sistema de Consórcio. Entre os anos 1966 e 1967, por exemplo, a Willys Overland do Brasil já possuía em sua carteira de clientes cerca de 55.000 consorciados. Essa popularidade no segmento automotivo fez com que o sistema passasse a ser apelidado de “consórcio de carro”.

Desta forma, o consórcio consolidava-se no país, por proporcionar demanda programada para a indústria e, fundamentalmente, por sua essência de comprometimento de renda futura com ausência de encargos financeiros sem pressionar, portanto, mecanismos inflacionários característicos das demais linhas de crédito que, nesta fase, inexistiam no Brasil.

Ainda nesta fase, um grupo de economistas da Fundação Getúlio Vargas – FGV, em São Paulo, liderado por Isidoro Macedo (que em 1979 seria eleito presidente da ABAC), iniciou estudos sobre a modificação do perfil estrutural do sistema que, até então, seguia os preceitos do Banco do Brasil, determinando as parcelas mensais dos consorciados dentro do valor médio do veículo, num prazo de 60 meses, tendo as possíveis diferenças de preço sobre o valor do bem divididas ao final do grupo. Este fato, segundo administradores da época, fazia com que mesmo tendo chegado ao final do prazo de 60 meses, o consorciado não estava liberado do grupo, devendo pagar o saldo restante sobre o valor real do bem adquirido.



Na proposta idealizada por Isidoro Macedo, os consórcios passariam a se basear no que se chamou de “Preço Ponderado em Grupo Fechado” que, traduzindo para o sistema, significava dividir, entre um número restrito de participantes e pelo mesmo prazo de 60 meses de duração dos grupos, o preço ponderado do bem em fração ordinária, de acordo com o seu valor real e não médio. Com isso, os consorciados pagariam suas parcelas mensais tendo como referência o valor atualizado do bem na data deste pagamento. Essa nova sistemática, que iluminou o antigo saldo devedor que era pago pelo consorciado ao final do plano, agradou o setor, que já em 1964, teve seu primeiro grupo formado pela concessionária Volkswagen Marcas Famosas, estabelecida na capital paulista.

Em 1967, o sucesso e popularidade do consórcio já haviam se propagado pelo País, de tal forma que passou a atrair também administradores inexperientes e, em alguns casos, inescrupulosos no manuseio dos depósitos efetuados pelos consorciados, causando a estes inúmeros prejuízos.

O fato chamou a atenção do Poder Público que decidiu baixar, neste ano, o primeiro ato sobre a matéria, dirigida às instituições financeiras, estabelecendo normas sobre o depósito de fundos captados de consorciados. A resolução nº 67, editada pelo Banco Central em 21 de setembro, determinou aos administradores que mantivessem os recursos dos grupos de consórcio em conta bancárias de movimentação claramente identificada. Aos bancos, impôs que as retiradas dessas contas fossem autorizadas, “exclusivamente”, para a compra de bens-objeto desses grupos consorciais.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> As informações constantes nesta monografia estão de acordo com a Resolução nº 67, editada pelo Banco Central do Brasil em 21.09.1962.

## **CAPÍTULO 3 - O SISTEMA DE CONSÓRCIO**

### **3.1 – Conceito Básico**

Ao sistema de consórcio, por ser um negócio que envolve a captação de recursos da população, desde o início foi regulamentado pelo Ministério da Fazenda. Administradoras são as empresas prestadoras de serviços, responsáveis pela formação e administração de grupos de consórcios.

### **3.2 – Sistema de Consórcio**

Desde março de 1991, o Banco Central é responsável pela autorização e fiscalização das administradoras de consórcio que operam no país, bem como pela normatização de suas operações.

Há uma série de exigências que as empresas devem cumprir para poder operar no mercado.

A Circular 2.766 do Banco Central, em vigor desde 1º de setembro de 1997, por meio de seu regulamento anexo, estabelece as normas para os grupos constituídos após essa data.

Depois de constatar que a administradora está autorizada, ainda é necessário tomar outras precauções, ligar para os órgãos de defesa do consumidor da região para ver se há reclamações contra a empresa e, principalmente, ler cuidadosamente o contrato de adesão antes de assiná-lo e efetuar qualquer pagamento. Os pagamentos devem ser feitos sempre em cheques nominativos à administradora de consórcios.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> As informações constantes nesta monografia estão de acordo com a Circular 2766 do Banco Central do Brasil, em vigor desde 01.09.1997.

Os recursos são originados dos pagamentos das mensalidades por todos os participantes do grupo. Se muitos deixam de pagar, o grupo pode enfrentar problemas. Por isso, o regulamento do Banco Central exige que as administradoras verifiquem a situação econômico-financeira dos integrantes do grupo.

Todos os grupos da administradora são independentes. Recursos de um grupo não podem ser transferidos para outro, nem se confundem com o patrimônio das administradoras.

O Banco Central regulamenta e fiscaliza a atuação das administradoras de consórcio, não havendo nenhum tipo de fundo garantidor para a atividade de consórcio.

É preciso ler todo o contrato de adesão, a lei de “Defesa do Consumidor” prevê que os contratos de adesão sejam redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, de modo que facilite sua compreensão pelo consumidor. As cláusulas que implicam limitação de direito do consumidor devem ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.

Para entender melhor o que é consórcio, acompanhe a pequena história abaixo:

- Daniel, Julia, Natália, José e Maria eram vizinhos e queriam comprar uma TV para cada um. O preço da TV era R\$ 1.500,00. Nenhum deles dispunha desta quantia. Daniel sugeriu então que cada um deles contribuísse com R\$ 300,00 todo mês para comprar a TV. Mas quem iria receber a TV primeiro? A solução foi fazer um sorteio entre os cinco a cada mês.

	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	Total
Daniel	300*	300	300	300	300	1500
Julia	300	300	300*	300	300	1500
Natália	300	300*	300	300	300	1500
José	300	300	300	300*	300	1500
Maria	300	300	300	300	300*	1500
Total	1500	1500	1500	1500	1500	7500

\*sorteado no mês.

Podemos observar pelo quadro acima, ao final dos cinco meses, todos os vizinhos pagaram R\$ 1.500,00 e compraram a sua TV.

Foi desta forma que começaram a surgir, na década de 1960, os primeiros grupos de consórcio do Brasil. Eram pessoas que se reuniam para formar poupança e adquirir um bem.

Depois desta pequena história, já podemos definir o que é consórcio: é uma reunião de pessoas físicas e/ou jurídicas, em grupo fechado, promovida pela administradora, com a finalidade de propiciar aos seus integrantes a aquisição de bem, conjunto de bens ou serviço turístico por meio de autofinanciamento.

Como o objetivo do consórcio é a aquisição de bens e serviço turístico, não é permitida a formação de consórcios de dinheiro.

O princípio do sistema de Consórcio é que as contribuições pagas ao grupo destinam-se, periodicamente, a contemplar seus integrantes com o crédito que será utilizado na compra de bem ou serviço turístico indicado em contrato, até que todos sejam satisfeitos. A reunião dessas pessoas é feita pela Administradora de Consórcios.

O Banco Central do Brasil é a autoridade competente para os assuntos relativos ao Sistema de Consórcios, atuando como órgão normatizador e fiscalizador do exercício da atividade de administração de grupos de consórcios.

A administradora de consórcios é empresa especializada na organização e administração de grupos de consórcio para a aquisição de bens e serviços turísticos. Para a atuação no sistema de consórcios é obrigatória a autorização concedida pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

As administradoras de consórcios que atuam no Brasil estão representadas por duas entidades de classe: a ABAC Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios e o SINAC Sindicato Nacional dos Administradores de Consórcio, que, fundadas no final da década de 60, têm desempenhado papel essencial no aperfeiçoamento das normas e dos

mecanismos do sistema, atuando como interlocutoras da classe perante autoridades competentes e consorciados.

Essas entidades criaram, no ano de 1981, serviço de atendimento ao consorciado destinado a prestar informações sobre a sistemática do consórcio, a idoneidade de empresas, além de buscar soluções para casos concretos.

Desde então, o serviço de atendimento ao consorciado tem propiciado eficiente canal de comunicação entre administradoras e consorciados.

3.3 - Nomenclaturas

Neste tópico, serão apresentadas todas as nomenclaturas comuns no sistema de consórcio.

3.3.1 - Fundo Comum (FC)

É o valor que todo consorciado paga para formar um fundo destinado à aquisição do bem. Como a referência do consórcio é o valor do bem indicado no contrato, a contribuição ao fundo comum é calculada tomando-se por base o respectivo preço vigente no dia da assembléia mensal.

A contribuição para o Fundo Comum é obtida mediante a divisão do percentual do preço do bem ou serviço contratado pelo número de meses de duração do grupo.

Ex.: Plano de 50 meses

Percentual do preço do bem/serviço contratado: 100%

100% percentual contratado	:	50 meses duração do grupo	=	2% percentual Fundo Comum
R\$ 16.000,00 (valor do bem)	x	2% (percentual do FC)	=	R\$ 320,00 (valor do FC)

### 3.3.2 - Taxa de Administração (TA)

A taxa de administração não se confunde com os juros cobrados nas modalidades de financiamento. A taxa de administração, indicada no contrato, é a remuneração da administradora pelos serviços prestados na formação, organização e administração do grupo até o seu encerramento.

No exemplo abaixo, você poderá verificar que a taxa de 10% está diluída nos 50 meses do plano, resultando em apenas 0,2% incidente mensalmente sobre o valor do bem ou serviço contratado.

Ex.: Percentual mensal: 0,2% de taxa de administração

Valor do bem R\$ 16.000,00	:	Percentual da TA 0,2%	=	Valor da TA R\$ 32,00
----------------------------	---	-----------------------	---	-----------------------

### 3.3.3 - Fundo de Reserva (FR)

Trata-se de fundo de proteção destinado a garantir o funcionamento do grupo em determinadas situações.

O consorciado estará sujeito ao pagamento deste fundo desde que sua cobrança esteja prevista em contrato. O raciocínio é o mesmo adotado para a taxa de administração.

No exemplo abaixo, o fundo de reserva, também incidente sobre o valor do bem ou serviço contratado, está diluído nos 50 meses.

É importante observar que se houver recursos nesse fundo quando do encerramento do grupo, estes serão devolvidos proporcionalmente aos consorciados.

Ex.: Percentual mensal: 0,1% de fundo de reserva

Valor do bem R\$ 16.000,00	:	Percentual da FR 0,1%	=	Valor da FR R\$ 16,00
----------------------------	---	-----------------------	---	-----------------------

**3.3.4 – Seguro**

O consorciado estará sujeito, ainda, ao pagamento de prêmios de seguro nos termos do contrato.

Como exemplo, podemos citar o seguro de quebra de garantia e o seguro de vida. O seguro de quebra de garantia destina-se a cobrir o inadimplemento no pagamento das prestações vincendas dos consorciados contemplados; seguro de vida em grupo, em caso de falecimento do consorciado, destinar-se-á ao pagamento das prestações vincendas. Importante ressaltar que em grupos destinados à aquisição de serviços turísticos, a contratação de seguro de quebra de garantia é obrigatória.

Com estes três conceitos (Fundo Comum, Fundo Taxa de Administração e Fundo de Reserva, pode-se calcula a prestação mensal, conforme exemplo abaixo.

Valor do Bem: R\$ 16.000,00

Duração do grupo: 50 meses

Fundo Comum	2,0 %	R\$ 320,00
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO:	0,2 %	R\$ 032,00
FUNDO DE RESERVA:	0,1 %	R\$ 016,00
Prestação do Mês = FC + TA + FR =		R\$ 368,00

Obs.: no exemplo não estão considerados prêmios de seguro.

**3.3.5 - Administradora**

É a pessoa jurídica responsável pela administração dos grupos de consórcio, cuja autorização prévia foi concedida pelo Banco Central do Brasil ou pela Secretaria da Receita Federal (SRF), se anterior a 01/05/1991.

### **3.3.6 - Grupo de Consorciados**

É a união de um determinado número de pessoas que, mediante esforço comum, possuem o objetivo de adquirir um bem.

### **3.3.7 – O Plano**

Tem por finalidade referenciar o bem, visando à cobrança dos valores respectivos, assim como estabelecer o valor do crédito que será colocado à disposição do consorciado.

### **3.3.8 - Contribuição Mensal**

É o valor que o participante deve recolher mensalmente, e equivale ao percentual do preço do bem, obtido pela divisão de 100% (valor total do bem) pelo número de meses de duração do grupo.

### **3.3.9 - Carta de Crédito**

É o instrumento pelo qual o consorciado, ao ser contemplado, pode exercer a opção de escolha do fornecedor do bem, além da possibilidade de influir na fixação de preços do mercado.

Foi criada para atender aos preceitos da Lei nº 8.078 de 11/09/1990, que trata de Defesa ao Consumidor e aplica-se aos grupos referenciados em automóveis, camionetes e utilitários constituídos sob a regulamentação da Circular nº 2.196 do Banco Central do Brasil.



### **3.3.10 - Bem (de consumo durável ou imóvel)**

É o objeto do plano. Deve ser alienado fiduciariamente ou hipotecado (no caso de imóveis residenciais), para servir de garantia ao grupo no caso de inadimplência ou desistência.

### **3.3.11 – Garantia**

É o instrumento pelo qual a administradora resguarda os integrantes do grupo, contra a inadimplência ou a exclusão do consorciado.

É a alienação fiduciária ou a hipoteca, podendo ser solicitadas garantias complementares, tais como título de crédito, fiança de pessoa idônea, fiança bancária ou seguro de crédito.

### **3.3.12 – Cota**

É a unidade de um grupo, que identifica numérica e nominalmente o consorciado.

### **3.3.13 – Sorteio**

É a forma de contemplar o consorciado que terá direito ao crédito respectivo. Pode ser efetuado de duas formas:

1ª Por intermédio de extrações da Loteria Federal;

2ª Pelo sistema de globo giratório, de interior visível e com bolinhas numeradas de acordo com o número de participantes de cada grupo.

### **3.3.14 – Lance**

É o valor oferecido pelo consorciado que deseja abreviar sua permanência no grupo, quitando suas obrigações antecipadamente.

A forma de oferta de lances é determinada em regulamentos específicos.

## **3.4 – Contrato de Participação no Grupo de Consórcio**

### **3.4.1 – Conceito Básico**

Antes de assinar o contrato, é importante lê-lo atentamente para conhecer os direitos e as obrigações que serão assumidas.

No ato da assinatura do contrato, poderá ser cobrada importância a título de antecipação de taxa de administração que o mercado popularizou como "taxa de adesão" ou "entrada", como parte do pagamento do valor do contrato. Poderá ser cobrada, ainda, a primeira prestação devida ao grupo de consórcio.

Para efeito de segurança e controle, este valor também deve ser pago em cheque sempre nominal à administradora, exigindo o recibo correspondente às importâncias pagas.

### **3.4.2 - Prazo de Duração**

O prazo de duração do grupo é o lapso de tempo que o consorciado dispõe para o pagamento do preço do bem ou serviço contratado. Esse prazo será prefixado pela administradora e constará obrigatoriamente de contrato.

De acordo com Circular Bacen 2766, de 03.07.1997, o grupo de consórcio poderá ser constituído por bens ou serviços de preços diferenciados pertencentes a uma das seguintes classes:

**Classe I:** veículo automotor (automóveis, camionetas, utilitários, buguies, motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos, ônibus, microônibus, caminhões, tratores etc), aeronave, embarcação, máquinas e equipamentos agrícolas e equipamentos rodoviários, nacionais ou importados.

**Classe II:** produtos eletroeletrônicos e demais bens móveis duráveis ou conjunto de bens móveis, nacionais ou importados, excetuados os referidos na Classe I.

**Classe III:** bens imóveis que poderão ser residenciais, comerciais, rurais, construídos ou na planta e terrenos.

**Classe IV:** serviços turísticos que poderão ser bilhetes de passagens aéreas nacional, pacotes turísticos incluindo-se transporte aéreo, terrestre, marítimo, hospedagem, regime de pensão etc..

Os prazos mínimos e máximos para as quatro classes são liberados. Quando o consorciado for contemplado, poderá optar por bem ou serviço diverso do indicado em contrato, desde que a escolha recaia em bens ou serviços pertencentes à mesma classe.

### **3.4.3 – Antecipação de Pagamento de Prestação Mensal e do Saldo Devedor**

#### **3.4.3.1 - Pagamento Antecipado de Prestações**

É importante verificar no contrato as condições para o pagamento antecipado de prestações. As antecipações podem ser de ordem de quitação é direta ou inversa. Se a ordem é inversa, a antecipação de pagamento quitará as prestações vincendas a contar da última. Se a ordem é direta, o valor antecipado indicará o número de parcelas consecutivas pagas, retomando-se a seguir os pagamentos a serem efetuados nas datas do respectivo vencimento.

### **3.4.3.2 - Liquidação do Saldo Devedor**

O consorciado que já tenha adquirido seu bem e quitar a totalidade do débito encerrará sua participação no grupo, com a conseqüente liberação das garantias fornecidas.

### **3.4.4 – Utilização do Crédito Contemplado**

O consorciado contemplado poderá utilizar o crédito para adquirir o bem ou serviço turístico indicado em contrato ou outro pertencente à mesma classe, conforme estabelecido no contrato.

Para utilizar o crédito, o contemplado deverá apresentar garantias ao grupo. O contemplado poderá determinar o momento da aquisição e indicar a pessoa vendedora do bem ou fornecedor do serviço turístico. Poderá, ainda, solicitar a conversão do crédito em dinheiro, após 180 (cento e oitenta) dias da contemplação. Para tanto, deverá pagar integralmente o débito junto ao grupo, cujo valor poderá ser deduzido do crédito a que tem direito.

### **3.4.5 – Atraso ou Falta de Pagamento das Prestações**

Se em relação a qualquer dívida deve-se ser pontual no pagamento, no consórcio essa providência é muito importante, pois o consorciado devedor:

- não poderá votar nas assembléias gerais extraordinárias;
- não poderá participar do sorteio e/ou do lance, dependendo do que dispuser o contrato;
- arcará com juros de 1% ao mês e multa de 2%, sobre as parcelas não pagas, cujo valor será calculado sobre o preço atualizado do bem ou serviço;

- caso já esteja na posse do bem e o atraso for superior a 30 dias, a administradora poderá executar as garantias fornecidas pelo consorciado, além de cobrar a multa e os juros;
- se o contemplado atrasar mais de uma prestação, poderá ser excluído do grupo, conforme estiver estabelecido no contrato.

O consorciado em débito com suas parcelas mensais deverá procurar a Administradora e tentar fazer um acordo, sendo que a Administradora não está obrigada em aceitá-lo. Todo o acordo girará em torno da saúde financeira do grupo.

Caso o consorciado ainda não tenha sido contemplado e notar que não vai conseguir pagar suas prestações, poderá, com a concordância da Administradora, optar por um bem de menor valor. Assim, sua prestação diminuirá na mesma proporção do valor do novo bem escolhido.

#### **3.4.6 – Exclusão do Consorciado**

Ocorrendo a exclusão do consorciado por falta de pagamento de prestação, a devolução das quantias pagas ao fundo comum e, se for o caso, fundo de reserva, será efetuada pela administradora somente no final do grupo. Do valor a ser restituído ao excluído poderá ser aplicada cláusula penal (reduzidor) em virtude da quebra de contrato. As formas para a devolução de valores pagos pelo excluído são determinadas pelo Banco Central do Brasil e constam obrigatoriamente do contrato.

#### **3.4.7 – Forma de Participação no Grupo de Consórcio**

O interessado poderá participar de grupo de consórcio nas seguintes condições:

**a) grupo em formação:** a administradora ainda está reunindo as pessoas em número suficiente que permita atingir o objetivo do consórcio, ou seja, contemplação de todos os seus integrantes em prazo predeterminado.

**b) grupo já formado** (que já está operando):

**b.1)** cota vaga: essa cota de participação não tem titular e está disponível à comercialização. A aquisição da cota é feita diretamente com a administradora.

**b.2)** cota de reposição: é a cota adquirida de consorciado que foi excluído do grupo. A aquisição também é feita diretamente com a administradora.

**b.3)** cota de transferência (cessão de direitos com a anuência da administradora): a cota é comprada diretamente do consorciado. Neste caso, o consorciado ingressante (comprador) estará assumindo integralmente os direitos e as obrigações do consorciado que está sendo substituído (vendedor).

### **3.5 – Contrato de Adesão**

#### **3.5.1 – Conceito Básico**

O contrato de adesão é o instrumento que, assinado pelo consorciado e pela administradora de consórcio, cria direitos e obrigações entre as partes, expressa as condições da operação de consórcio e formaliza o ingresso em um grupo de consórcio.

Algumas cláusulas devem constar obrigatoriamente no contrato de adesão, as quais serão tratadas nas linhas seguintes.

### **3.5.2 - Especificação do Bem**

O contrato de adesão deve especificar o bem a partir do qual são calculados todos os valores devidos à administradora. Além de todas as letras e números necessários para sua perfeita caracterização, a forma pela qual o valor do bem é calculado deve também constar no contrato. É este o valor do crédito que o consorciado terá direito no momento da contemplação.

Caso o bem estipulado no contrato deixe de ser produzido, a administradora deve convocar assembléia geral extraordinária, no máximo, cinco dias úteis após ter tomado conhecimento da alteração na identificação do bem.

Os consorciados - só os não-contemplados votam - decidirão pela substituição do bem ou pelo encerramento do grupo.

Caso haja a substituição, são aplicados os seguintes critérios de cobrança:

1. as prestações dos contemplados, a vencer ou em atraso, permanecem no valor anterior e são atualizadas quando houver alteração no preço do novo bem, na mesma proporção;
2. as prestações dos não contemplados, tanto as pagas quanto as a vencer, são calculadas com base no novo preço.

### **3.5.3 - Bens e Veículos Usados:**

A regulamentação atual admite a constituição de grupos de bens e veículos usados. Todavia, a formalização dos grupos deve ser efetuada tendo como referência um percentual do bem ou do veículo novo. Assim, para quem deseja adquirir por meio de consórcio um veículo usado, em valor correspondente a R\$ 6.000,00, sabendo que o mesmo tipo de veículo novo custa R\$ 12.000,00, a administradora deverá oferecer um grupo de consórcio referenciado em 50% do valor do veículo novo.

### **3.5.4 - Prazo Para o Pagamento ao Fornecedor**

O prazo para a administradora realizar o pagamento ao fornecedor do bem deve ser compatível com aqueles operados no mercado. Este prazo deve estar explícito no contrato de adesão.

### **3.5.5 - Garantias**

Alienação fiduciária para bens móveis, hipoteca e ou alienação fiduciária para bens imóveis e seguro de quebra de garantia no caso de serviços turísticos: essas são as garantias que a administradora pode exigir dos consorciados para garantir que eles continuem pagando suas prestações.

No caso da alienação fiduciária, a real proprietária do bem é a administradora, sendo que o consorciado apenas tem a posse do bem. Após a quitação de suas obrigações para com o grupo, ele tem o direito da propriedade.

Além dessas garantias, o contrato pode especificar outras garantias complementares proporcionais às prestações a vencer. São garantias que deverão ser apresentadas quando ocorrer a contemplação.

A administradora só pode exigir garantias complementares se estas constarem no seu contrato de adesão.

### **3.5.6 - Juros e Multas por Atraso nas Prestações**

Os juros moratórios estão limitados a 1% ao mês e as multas a 2% do valor da prestação em atraso, se previstos contratualmente.



### **3.5.7 - Prazos de duração**

Não há mais prazos mínimos e máximos para os grupos de consórcio, mas o contrato deverá estabelecer o prazo para o seu grupo.

### **3.5.8 – Desistência**

Em caso de desistência, a devolução das quantias pagas ocorrerá no prazo máximo de sessenta dias após todos os consorciados terem sido contemplados e recebido seus respectivos créditos. A devolução de recursos que dependerem da solução de eventuais pendências judiciais pode ocorrer em prazo maior.

O consorciado terá direito ao valor correspondente ao percentual que pagou. Este valor será apurado na data de sua exclusão ou na data da assembléia de contemplação da última cota do seu grupo, conforme dispuser o contrato.

### **3.5.9 - Cálculo de Prestações**

Dividindo o valor do crédito pelo número de meses previsto para a duração do grupo, será obtido o valor da parcela destinado ao fundo comum, cujos valores são destinados ao pagamento dos bens. Esta é a forma mais usual de cálculo da prestação, mas o contrato poderá estabelecer outra forma de cálculo, por isto, a importância da leitura do contrato com atenção.

Além deste valor, o contrato de adesão pode prever uma taxa referente ao fundo de reserva. Como o próprio nome indica, este fundo será utilizado no caso de alguma eventualidade. Os critérios para utilização deste recurso devem estar claros no contrato.

Os valores decorrentes de seguros expressos no contrato de adesão farão parte também da prestação.

Outro valor que o consorciado deverá pagar é a taxa de administração; é daí que as administradoras tiram sua remuneração. Este valor é determinado pelo contrato de adesão.

Quando a pessoa faz a opção por um consórcio, além do valor do bem, deve lembrar que pagará à administradora a taxa pela gestão e administração do seu grupo.

### **3.5.10 - Taxa de Adesão**

Atualmente não existe taxa de adesão. Quando do ingresso em um grupo de consórcio, a administradora poderá cobrar, além da primeira mensalidade ou prestação, a antecipação de recursos relativos à taxa de administração. Tudo isto deve estar previsto no contrato de adesão.

### **3.5.11 - Regras Para Sorteios e Lances**

Há duas maneiras de ter direito a receber o crédito para comprar o bem: ou por sorteio ou por lance.

A contemplação por sorteio a própria essência do consórcio, de vez que todos os participantes do grupo em dia com o pagamento de suas contribuições concorrem em absoluta igualdade de condições. Para assegurar seu direito de participar do sorteio, é preciso verificar no contrato quais as condições exigidas.

As contemplações por lance dependem da existência de recursos no grupo. É perfeitamente possível que não haja contemplação por lance em alguns meses se o número de inadimplentes do grupo for muito alto. Quando isto ocorrer, o saldo não utilizado no mês é transferido para a assembléia seguinte, quanto então a Administradora deverá contemplar tantos consorciados possíveis, visando reequilibrar as entregas dos bens. Os critérios de desempate, no caso de lances, devem estar previamente definidos.

## **3.6 - Assembléias**

### **3.6.1 – Conceito Básico**

Assembléia de constituição: é a primeira assembléia geral ordinária do grupo. A administradora só pode convocá-la depois da adesão de 70% dos participantes previstos para o grupo.

Se a administradora não aprovar a constituição do grupo até 90 dias depois da adesão, deverá devolver-lhe integralmente todos os valores pagos, acrescidos dos rendimentos líquidos provenientes de sua aplicação financeira.

Várias decisões importantes são tomadas pelos consorciados presentes nesta primeira assembléia.

### **3.6.2 - Representantes do Grupo**

Todo grupo de consórcio deve ter no mínimo três representantes. Os representantes auxiliam na fiscalização dos atos da administradora e têm acesso a todos os demonstrativos e documentos pertinentes às operações do grupo.

### **3.6.3 - Lista de Participantes**

A Administradora é obrigada a colocar à disposição de todos os consorciados uma relação com nome, endereço e telefone de todos os participantes do grupo. O consorciado que não desejar ter seu nome divulgado deverá comunicar à administradora por escrito.

Não tendo concorrido a sorteio nem oferecido lance, o consorciado pode retirar-se do grupo, caso a administradora não cumpra com as obrigações previstas para a 1ª

assembléia. Neste caso, são devolvidos todos os valores pagos a qualquer título, acrescidos dos rendimentos financeiros provenientes da aplicação financeira.

#### **3.6.4 - Assembléias gerais**

É na assembléia geral que pode-se saber a situação do grupo. Ela é realizada todo mês, em dia, hora e local previamente determinados. Podem votar todos os participantes em dia com sua mensalidade.

As decisões são tomadas por maioria dos votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

As administradoras de consórcio podem operar em todo o país. Porém, para vender-lhe uma cota de um grupo que não tenha sede na cidade de sua residência, a administradora tem que solicitar a assinatura em uma declaração de ciência deste fato.

Importante destacar que se o consorciado entrar em um grupo que tenha sede distante de sua residência, sua participação nas assembléias ficará dificultada.

Não podendo participar das assembléias gerais, o consorciado deverá procurar os representantes do seu grupo para saber tomar conhecimento dos assuntos tratados.

#### **3.6.5 - Assembléias Gerais Extraordinárias**

Se for do interesse do grupo, a administradora ou os consorciados podem convocar assembléias gerais extraordinárias e discutir sobre assuntos que não podem esperar até a próxima assembléia geral.

### **3.6.6 – Encerramento do Grupo**

Até sessenta dias após a contemplação de todos os consorciados do grupo, a Administradora deverá comunicar aos consorciados que não tenham utilizado o crédito que o recurso investido no grupo está à sua disposição. Essa comunicação deverá ser feita também aos demais consorciados que ainda tenham algum dinheiro a receber.

### **3.6.7 - Contemplação**

É na assembléia mensal que ocorre a contemplação do consorciado a quem é atribuído crédito para aquisição do bem ou serviço turístico. Conforme já mencionado, as contemplações podem ocorrer por sorteio ou lance.

### **3.6.8 – Compra do Bem Via Sistema de Consórcio**

Quando ocorre a contemplação, o consorciado poderá comprar qualquer bem que esteja no mesmo segmento do que estiver definido no seu contrato. Atualmente há quatro grandes segmentos para efeito de compra do bem conforme abaixo:

1. Veículo automotor, aeronave, embarcação, máquinas e equipamentos agrícolas e equipamentos rodoviários, novos ou usados;
2. Qualquer bem móvel durável ou conjunto de bens móveis duráveis, novos, excetuados os referidos no item anterior;
3. Serviço turístico;
4. Imóveis: o consorciado de grupo referenciado em imóveis pode optar pelo imóvel construído ou na planta, terreno, ou ainda optar por construção ou reforma, desde que em município em que a administradora opere ou, se autorizado por essa, em município diverso.

Por isso, é possível um consorciado de um grupo de motocicletas comprar um automóvel com seu crédito.

Para os grupos constituídos antes de 1º de setembro de 1997 e que não aderiram ao regulamento da circular 2.766, a divisão dos segmentos é um pouco diferente, conforme abaixo.

1. Imóveis
2. Tratores, equipamentos rodoviários, máquinas e equipamentos agrícolas, embarcações, aeronaves, veículos automotores destinados ao transporte de carga com capacidade superior a 1.500 kg e veículos automotores destinados ao transporte coletivo com capacidade para 20 (vinte) passageiros ou mais;
3. Veículos automotores não incluídos no segmento anterior, exceto motocicletas e motonetas;
4. Motocicletas e motonetas;
5. Outros bens móveis duráveis;
6. Bilhetes de passagem aérea.

Nestes grupos, a troca de motocicleta por automóvel não é, ou não era, permitida.

Respeitando os segmentos, não há problema de comprar um bem de valor diferente daquele que está no contrato. Se o bem a ser comprado custar menos que seu crédito, a diferença poderá ser utilizada para pagar as prestações a vencer. Para receber este valor em espécie, será necessário quitar suas obrigações para com o grupo. Para adquirir um bem de maior valor, o contemplado ficará responsável pelo pagamento da diferença de preço.

Se o bem aumentar de preço depois da contemplação, o consorciado receberá o valor do bem na data da contemplação mais os rendimentos da aplicação financeira desse recurso. Entretanto, se desejar receber a carta de crédito com o novo valor, o consorciado terá que pagar a diferença.

A finalidade do consórcio é a aquisição de bens ou serviço turístico, mas o regulamento permite que, nas situações descritas abaixo, o consorciado receba o seu crédito em espécie:

1. cento e oitenta dias após a sua contemplação, desde que tenha quitado suas obrigações para com o grupo;
2. sessenta dias após a entrega de todos os créditos do seu grupo;
3. no caso de utilização de recursos próprios para garantir o preço do bem, após sua contemplação. Neste caso, deverá ser observado o disposto em contrato.

As informações presentes neste trabalho acadêmico estão de acordo com o regulamento anexo à Circular 2.766, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 1997, e com as normas complementares estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Os grupos formados anteriormente a esta data podem ou não ter aderido a esse regulamento. Isto depende da decisão tomada pela assembléia do seu grupo. Abaixo, encontram-se os normativos que, até então, regiam os grupos de consórcios:

1. no caso de imóveis, as portarias 190 e 28 do Ministério da Fazenda;
2. no caso de veículos automotores, a Circular 2.196 do Banco Central;
3. no caso de eletroeletrônicos, a Circular 2.386 e
4. no caso de passagens aéreas, a Circular 2.312.

## **CAPÍTULO 4 – CONTABILIDADE DE CONSÓRCIOS**

### **4.1 – Conceito Básico**

O sistema de consórcio, embora tenha surgido no início da década de 60, ficou muitos anos sem contabilidade e legislação específica. Durante aquele período, observava somente o direito civil e as regras usuais de contabilidade. A primeira lei do sistema de consórcio foi a Lei nº 5.768, de 20/12/71, e a primeira norma regulamentando a contabilidade foi a Lei 7.691, de 15/12/88, que em seu art. 9º determinava que o Poder Executivo instrísse planos de contas padronizados a serem observados pelas administradoras de consórcios.

Antes do governo instituir o plano de contas, cada administradora contabilizava seus consórcios à sua maneira. Evidente que a contabilidade existia há dezenas de anos; daí, aquelas empresas bem estruturadas procuravam fazer seus lançamento seguindo os princípios da contabilidade geral, o que era bem mais simplificado do que atualmente.

A referida Lei nº 7.691 foi regulamentada pelo Decreto n. 97.384, de 22/12/88, e aprovou o Plano de Contas e a Demonstração de Recursos de Consórcio a serem utilizados pelas administradoras para contabilizar os recursos coletados dos consorciados, ou seja, as operações dos grupos de consórcios. Embora a Lei n. 7.691/88 tenha previsto a criação de plano de contas padronizado para todo o sistema, o Decreto n. 97.384/88 só os instituiu para os grupos de consórcio, não contemplando as operações das próprias administradoras.

Em 27/10/89, ministério da Fazenda emitiu a Portaria n. 191/89, promovendo alterações no plano de contas instituído, porém não alterou sua estrutura básica. Tais normativos são bastante criticados pelos profissionais o sistema e até pelo próprio Banco Central do Brasil, que alega que houve desobediência aos princípios fundamentais da contabilidade, quando se deixou de exigir a escrituração adequada dos livros legais, e,



também, quando se deixou de exigir a figura do profissional responsável pela contabilidade e por auditores externos.

Em 01/03/91, através da Lei n. 8.177, as atribuições de normatizar, fiscalizar e aplicar penalidades do sistema de consórcio foram transferidas para o Banco Central do Brasil, que, através da Circular n. 2.009, de 08/08/91, enquadrou as administradoras de consórcio no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A circular estabelecia a obrigatoriedade da elaboração e da remessa ao Banco Central do Brasil dos balancetes mensais e dos balanços semestrais, este último tendo, inclusive, de ser publicado em jornais ou revistas de grande circulação, de forma a padronizar o cadastro no Sisbacen. Esse procedimento permitia o acompanhamento, a análise e a avaliação da situação econômica-financeira das administradoras de consórcios do país, o que era impossível de ser feito anteriormente, dada a falta de estruturas contábeis das empresas.

Em 31/10/91, através da Circular n. 2.074, o Banco Central do Brasil passou a exigir que as empresas de consórcios contratasse Auditores Independentes para auditar as demonstrações financeiras das administradoras e as dos respectivos grupos. A partir de 10/04/96, através da Circular n. 2.676, passou também a exigir que os Auditores contratados fossem substituídos a cada período de quatro anos.

A sistemática atual de contabilização das operações de consórcio está instituída pela Circular n. 2.381, de 18/11/93, e pela Carta Circular n. 2.418, da mesma data. Devemos admitir que a chegada do Banco Central do Brasil representou avanços significativos para a contabilização do sistema de consórcio. Hoje em dia, tudo é muito mais claro, dando tranquilidade para os consorciados e para o órgão fiscalizador e credibilidade para o sistema de consórcio.

Pode-se afirmar que, segundo os profissionais do setor, a contabilidade do sistema de consórcio no Brasil, no que se refere aos grupos, está centrada em três grandes grupos de contas, que são: Recursos Coletados, Recursos Utilizados e Recursos a Utilizar.

Esses grupos de contas, dependendo do porte da administradora, poderão ser divididos em quase mil contas e subcontas.

A contabilidade de consórcio, da forma que está postada atualmente, embora sendo bastante complexa, atende relativamente às aspirações do sistema. Porém, muitas modificações ainda deverão ocorrer neste campo. O volume de lançamento é tão grande, que seria impossível uma administradora de consórcios operar no Brasil sem estar devidamente informatizada.

#### **4.2 – Publicação dos Balanços**

Além dos balancetes mensais, a administradora de consórcios terá de levantar um Balanço Geral em 30 de junho de cada ano, referente ao primeiro semestre, e outro em 31 de dezembro, referente ao total do exercício. Ambos deverão ser entregues ao Banco Central do Brasil e publicados em jornais de grande circulação na cidade que sediar a administradora, podendo também ser publicados em boletins informativos das entidades de classe. O prazo para a publicação dos balanços, segundo o art. 13 da Circular n. 2.381, de 18/11/93, do banco Central do Brasil, será de 45 dias, contados a partir da data da entrega dos referidos balanços junto à autarquia.

#### **4.3 – Fiscalização**

Desde 1991, o Banco Central do Brasil (BC) é a instituição responsável pela normatização e fiscalização das atividades do sistema de consórcios. Mensalmente, todas as administradoras são obrigadas a enviar um balancete ao BC, detalhando as suas operações. Além disso, a cada seis meses, técnicos da instituição fazem uma auditoria nas empresas.

O Banco Central do Brasil avalia todos os processos, verifica se houve algum tipo de investimento mal conduzido, ou seja, se o dinheiro do grupo não foi desviado. O valor pago pelos consorciados é depositado em uma conta especial e só pode ser movimentada para a compra de bens que beneficiem o próprio grupo.

As empresas são obrigadas a fazer um acompanhamento contábil para cada grupo de consorciados. Assim, a fiscalização fica mais fácil e o BC pode garantir que o dinheiro pago pelos cotistas só será utilizado para a compra de bens em benefício do grupo.

A instituição verifica se alguém que não era consorciado foi contemplado ou ainda se o pagamento do bem foi em dinheiro. De acordo com as normas do BC, o consorciado que for sorteado só pode ser beneficiado com a entrega do produto. Além de todo esse controle, o BC determina ainda que cada grupo de cotistas seja acompanhado por uma auditoria externa.

Sempre que alguma irregularidade é detectada, o BC estipula um prazo para que a administradora legalize a situação. Caso não consiga, a instituição promove a liquidação da empresa e, com a ajuda da ABAC, é feito um leilão dos grupos em andamento. Dessa forma, mesmo que uma empresa seja desativada, fica preservado o direito dos consumidores.

#### **4.4 – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF <sup>3</sup>**

##### **4.4.1 - Normas Básicas**

As normas consubstanciadas neste Plano Contábil têm por objetivo uniformizar os registros contábeis dos atos e fatos administrativos praticados, racionalizar a utilização de contas, estabelecer regras, critérios e procedimentos necessários à obtenção e divulgação de dados, possibilitar o acompanhamento do sistema financeiro, bem como a análise, a

<sup>3</sup> Carta Circular Bacen nº 1273, de 26.05.1993

avaliação do desempenho e o controle, de modo que as demonstrações financeiras elaboradas expressem, com fidedignidade e clareza, a real situação econômico-financeira da instituição e conglomerados financeiros.

As normas e procedimentos, bem como as demonstrações financeiras padronizadas previstas neste Plano, são de uso obrigatório para: (Res 2122 art 7º; Res 2347 art 7º; Res. 2874 art 10 III; Circ 1273; Circ 1922 art 1º; Circ 2246 art 1º; Circ 2381 art 24)

- a) os bancos múltiplos;
- b) os bancos comerciais;
- c) os bancos de desenvolvimento;
- d) as caixas econômicas;
- e) os bancos de investimento;
- f) as sociedades de crédito, financiamento e investimento;
- g) as sociedades de crédito ao microempreendedor;
- h) as sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo;
- i) as sociedades de arrendamento mercantil;
- j) as sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e câmbio;
- l) as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários;
- m) as cooperativas de crédito;
- n) os fundos de investimento;
- o) as companhias hipotecárias;
- p) as agências de fomento ou de desenvolvimento;
- q) as administradoras de consórcio;
- r) as empresas em liquidação extrajudicial.

Sendo o Plano Contábil um conjunto integrado de normas, procedimentos e critérios de escrituração contábil de forma genérica, as diretrizes nele consubstanciadas, bem como a existência de títulos contábeis, não pressupõem permissão para prática de

operações ou serviços vedados por lei, regulamento ou ato administrativo, ou dependente de prévia autorização do Banco Central.

#### **4.4.2 – Elenco de Contas**

As Administradoras de consórcios possuem um elenco de contas apropriado instituído pela Circular nº 2.009, de 08/08/91.

Para efeito de utilização desse elenco de contas, as Administradoras não poderão modificar os títulos ali previstos. A disposição dos títulos contábeis de contas do COSIF observa a ordem alfabética e o documento nº 1 - Balancete ou Balanço Geral, modelo analítico, a seqüência do código de contas, sendo que a conta “Apuração do Resultado”, por sua função de utilização apenas na data do balanço para encerramento das contas de resultado, não deve apresentar saldos nos balancete/balanços.

A estrutura da codificação das contas é a seguinte:

##### **1º Dígito: Grupos**

###### **Ativo**

- 1 Circulante e realizável a longo prazo
- 2 Permanente
- 3 Compensação

###### **Passivo**

- 4 Circulante Exigível a longo prazo
- 5 Resultado de Exercícios Futuros
- 6 Patrimônio Líquido
- 7 Contas de Resultado Credoras
- 8 Contas de Resultados Devedoras
- 9 Compensação

**2º Dígito: Subgrupos**

**3º Dígito: Desdobramento de Subgrupos**

**4º e 5º Dígitos: Títulos Contábeis**

**6º e 7º Dígitos: Subtítulos Contábeis**

**8º Dígitos: Controle (dígito verificador)**

#### **4.4.3 – Esquema de Registros Contábeis**

Registro de Grupo de Consórcio em Contas de Compensação

Pelas prestações devidas vencidas e não vencidas, calculadas pelo valor de cada uma das contribuições mensais:

D – CONTRIBUIÇÃO DEVIDA AO GRUPO

C – OBRIGAÇÕES DO GRUPO POR CONTRIBUIÇÕES

Atualização das contribuições devidas pelo grupo, em função da variação do valor da contribuição mensal (oscilação no preço do bem ou variação no índice contratual):

D – CONTRIBUIÇÃO DEVIDA AO GRUPO

C – OBRIGAÇÕES DO GRUPO POR CONTRIBUIÇÕES

Baixa do registro em Contas de Compensação, pelo recebimento das contribuições mensais, lances e antecipações quando permitidas:

D – OBRIGAÇÕES DO GRUPO POR CONTRIBUIÇÕES

C – CONTRIBUIÇÃO DEVIDA AO GRUPO

Registro do Número de Assembléias por Realizar no Grupo

D – ASSEMBLÉIA A REALIZAR

C – ASSEMBLÉIA FUTURAS

Registro, em Contas de Compensação, do Valor dos Bens a Serem Contemplados em Assembléias Futuras

Pelo registro inicial:

D – CONSORCIADOS – BENS A CONTEMPLAR

C – OBRIGAÇÕES POR FUTURAS CONTEMPLAÇÕES

Pela autorização do preço do bem a ser contemplado ou do índice do grupo:

D – CONSORCIADOS – BENS A CONTEMPLAR

C – OBRIGAÇÕES POR FUTURAS CONTEMPLAÇÕES

Registro das Contribuições Mensais Recebidas dos Consorciados

Pelo recebimento em moeda corrente, em cheque ou cobrados pelo banco:

D – CAIXA

D - DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Fundo comum

Fundo de reserva

C – CONTRIBUIÇÕES PARA AQUISIÇÃO DE BENS

C – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Coletada

D – CONSORCIADOS – BENS A CONTEMPLAR

C – OBRIGAÇÕES POR FUTURAS CONTEMPLAÇÕES

Registro das Contribuições Mensais Recebidas dos Consorciados

Pelo recebimento em moeda corrente, em cheque ou cobrados pelo banco:

D – CAIXA

D - DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Fundo comum

Fundo de reserva

C – CONTRIBUIÇÕES PARA AQUISIÇÃO DE BENS

C – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Coletada

C – CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE RESERVA

Recursos Coletados

C – PRÊMIO DE SEGURO

C – CUSTAS JUDICIAIS RECEBIDAS

C – MULTAS E JUROS MORATÓRIOS RECEBIDOS

Pelo depósito do numerário e cheques recebidos, em conta de DEPÓSITOS BANCÁRIOS:

D – depósitos bancários

Fundo Comum

Fundo de Reserva

C – CAIXA

Pela transparência dos cheques recebidos pelo Caixa, para conta apropriada:

D – CHEQUES E OUTROS VALORES A RECEBER

C – CAIXA

Pela liquidação dos cheques pendentes de recebimento:

D – DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Fundo Comum

Fundo de reserva

C – CHEQUES E OUTROS VALORES A RECEBER

Devolução de cheques não acatados pelo banco depositário, por falta de fundos ou de outra irregularidade.

Estorno dos valores.

D – CONTRIBUIÇÕES PARA AQUISIÇÃO DOS BENS

D - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Coletadas

D – CONTRIBUIÇÕES AO FUNDO DE RESERVA

Recursos Coletados

D – PRÊMIO DE SEGURO

D – CUSTAS JUDICIAIS RECEBIDAS

D – MULTAS E JUROS MORATÓRIOS RECEBIDOS



## C – DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Fundo Comum

Fundo de Reserva

## C – CHEQUES E OUTROS VALORES A RECEBER

Pagamento da Taxa de Administração Devida Pelo Grupo à Administradora

## D – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PAGA

## C – DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Fundo comum

Aplicação dos Recursos Disponíveis no Banco Central (SELIC):

## D - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Fundo Comum

Fundo de reserva

## C – DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Fundo Comum

Fundo de reserva

Vinculação de recursos a consorciados contemplados:

## D – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Vinculadas à contemplações

## C – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Fundo Comum

Registro dos Rendimentos das Aplicações Financeiras “Pro Rata Temporis”

## D – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

## C – RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Resgate das aplicações financeiras:

## D – DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Fundo Comum

Fundo de Reserva

## C – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Fundo Comum

Fundo de reserva

Vinculadas à contemplações

Registro de Bem Dependente de Entrega, Contemplado em Assembléia

## D - CONTEMPLAÇÕES A ENTREGAR

## C – CRÉDITOS A DISPOSIÇÃO DE CONSORCIADOS

Aquisição de Bens Para o Consorciado, Pelo Exato Valor do Crédito

## D – AQUISIÇÃO DE BENS

## C – DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Fundo Comum

Utilização dos rendimentos vinculados correspondentes, na aquisição de bens:

## D – RENDIMENTOS PAGOS VINCULADOS A CONTEMPLAÇÕES

## C – CONTRIBUIÇÕES PARA AQUISIÇÃO DE BENS

Rendimentos Vinculados a contemplações

Utilização dos rendimentos de aplicações financeiras vinculadas ao pagamento de contribuições normais.

## D – RENDIMENTOS PAGOS VINCULADOS A CONTEMPLAÇÕES

## C – CONTRIBUIÇÕES PARA AQUISIÇÃO DE BENS

Rendimentos Vinculados a contemplações

## C – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Coletada

## C – CONTRIBUIÇÕES AO FUNDO DE RESERVA

Recursos Coletados

Baixa do registro contábil das Contemplações a entregar

## D – CRÉDITO A DISPOSIÇÃO DE CONSORCIADOS

## C – CONTEMPLAÇÕES A ENTREGAR

Baixa concomitante dos bens entregues

D – OBRIGAÇÕES POR FUTURAS CONTEMPLAÇÕES

C – CONSORCIADOS – BENS A CONTEMPLAR

Baixa contábil por assembléia realizada (registro pelo valor índice de R\$ 1,00 por assembléia):

D – ASSEMBLÉIAS FUTURAS

C – ASSEMBLÉIAS A REALIZAR

Registro do recebimento do reajuste de caixa de responsabilidade do consorciado

Pelo recebimento do reajuste:

D – CAIXA

DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Fundo Comum

C – CONTRIBUIÇÕES PARA AQUISIÇÃO DE BENS

Reajuste de Saldo de Caixa

C – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Coletada

Transferência dos recursos em caixa para depósitos bancários:

D – DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Fundo Comum

C – CAIXA

Registro de contribuições devidas não pagas (consorciado contemplado em atraso):

D – CONTRIBUIÇÕES A RECEBER EM ATRASO

C – OBRIGAÇÕES DE CONSORCIADOS

Atualização das contribuições em atraso, pela variação do preço de aquisição do bem ou do índice do grupo:

D – CONTRIBUIÇÕES A RECEBER EM ATRASO

C – OBRIGAÇÕES DE CONSORCIADOS

Registro do ajuizamento da contribuição:

D – CONTRIBUIÇÕES A RECEBER AJUIZADAS

C – CONTRIBUIÇÕES A RECEBER EM ATRASO

Transferência do Fundo de Reserva para o Fundo Comum:

D – CONTRIBUIÇÕES AO FUNDO DE RESERVA

Transferidos ao Fundo Comum

C – CONTRIBUIÇÕES PARA AQUISIÇÃO DE BENS

Transferidos do Fundo de Reserva

D –DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Fundo Comum

Recebimento de contribuição em atraso:

Baixa de contribuições a receber, quando recebidas em cheques encaminhadas pelo banco depositário a Compensação Nacional:

D – CHEQUES E OUTROS VALORES A RECEBER

C – CONTRIBUIÇÕES A RECEBER EM ATRASO

Baixa de contribuições a receber, quando recebidas em dinheiro ou mediante cheque da praça:

D – CAIXA

D – DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Fundo Comum

C – CONTRIBUIÇÕES A RECEBER EM ATRASO

Baixa da obrigação do consorciado junto ao grupo:

D – OBRIGAÇÕES DE CONSORCIADOS

C – CONTRIBUIÇÕES PARA AQUISIÇÃO DE BENS

Subtítulo adequado

C – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Coletada

## C – CONTRIBUIÇÕES AO FUNDO DE RESERVA

### Recursos Coletados

## C – MULTAS E JUROS MORATÓRIOS RECEBIDOS

## C – CUSTAS JUDICIAIS RECEBIDAS

Estorno de valores correspondentes a cheques devolvidos pelo banco depositário (por falta de fundo ou outras irregularidades):

Quando recebido em cheques:

## D – CONTRIBUIÇÕES A RECEBER EM ATRASO

## C –CHEQUES E OUTROS VALORES A RECEBER

Estorno de contribuições a receber, quando recebidas em cheque da praça:

## D – CONTRIBUIÇÕES A RECEBER EM ATRASO

## C – DEPÓSITOS BANCÁRIOS

### Fundo Comum

### Fundo de Reserva

Registro da obrigação do consorciado junto ao grupo por estorno das contribuições e outros valores.

## D – CONTRIBUIÇÕES PARA AQUISIÇÃO DE BENS

Subtítulo adequado

## D – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

### Coletada

## D – CONTRIBUIÇÕES AO FUNDO DE RESERVA

### Recursos Coletados

## D – MULTAS E JUROS MORATÓRIOS RECEBIDOS

## D – CUSTAS JUDICIAIS RECEBIDAS

## C – OBRIGAÇÕES DE CONSORCIADOS

Registro das contribuições em atraso para complemento das prestações futuras:

## D – CONTRIBUIÇÕES A RECEBER EM ATRASO

D – CONTRIBUIÇÕES A RECEBER AJUIZADAS

C – OBRIGAÇÕES DE CONSORCIADOS

Apreensão ou retomada de bem de consorciado contemplado, inadimplente, até o limite do respectivo débito atualizado:

D – BENS APREENDIDOS

C – CONTRIBUIÇÕES A RECEBER AJUIZADAS

C – CONTRIBUIÇÕES A RECEBER EM ATRASO

Venda de bem apreendido:

Pela venda no exato valor de registro do bem:

D – VALORES A RECEBER POR VENDA DE BENS

D – DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Fundo Comum

C – BENS APREENDIDOS

Pela venda por valor inferior ao registro do bem:

D – VALOR A RECEBER POR VENDA DE BENS

D – DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Fundo Comum

D – CONTRIBUIÇÕES A RECEBER AJUIZADAS

C – BENS APREENDIDOS

Pela venda por valor superior ao registro do bem:

D – VALORES A RECEBER POR VENDA DE BENS

D – DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Fundo comum

C – BENS APREENDIDOS

C – CONTRIBUIÇÕES A RECEBER AJUIZADAS

Reclassificação, na medida do recebimento do valor da venda a prazo:

D – OBRIGAÇÕES DE CONSORCIADOS

C – VENDA DE BENS APREENDIDOS

Transferência do produto da venda:

D – VENDA DE BENS APREENDIDOS

C – CONTRIBUIÇÕES PARA AQUISIÇÃO DE BENS

C – CONTRIBUIÇÕES AO FUNDO DE RESERVA

Recursos Coletados

C – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Coletada

Registro de importância a ser devolvida a consorciado desistente ou excluído:

D – RECURSOS COLETADOS E DEVOLVER A CONSORCIADOS

C – RECURSOS A DEVOLVER A CONSORCIADOS DESLIGADOS.

Pelo pagamento na efetiva devolução dos valores em função de pagamento a maior ou em virtude da alteração no preço ou no tipo do bem:

D – RECURSOS A DEVOLVER A CONSORCIADOS DESLIGADOS

C – DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Fundo Comum

Pelo pagamento na efetiva devolução nos casos de desistência ou exclusão:

D – RECURSOS A DEVOLVER A CONSORCIADOS DESLIGADOS

C – DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Fundo Comum

Reclassificação dos valores

D – DEVOLUÇÃO A CONSORCIADOS DESLIGADOS

C – RECURSOS COLETADOS A DEVOLVER A CONSORCIADOS

Registro do prejuízo pelo valor das Contribuições a receber, quando esgotados os meios normais (cobrança judicial):

D – PREJUÍZOS COM CONSORCIADOS

C – CONTRIBUIÇÕES A RECEBER EM ATRASO

## C – CONTRIBUIÇÕES A RECEBER AJUIZADAS

Registro, em contas de compensação, da entrega de bens a consorciado contemplado, pelo valor índice de cada bem:

## D – BENS ENTREGUES A CONSORCIADOS

## C – ENTREGA DE BENS A CONSORCIADOS

Registro de bens a entregar, em Contas de compensação, pelo valor índice de cada bem:

## D – BENS A ENTREGAR A CONSORCIADOS

## C – OBRIGAÇÕES POR ENTREGA DE BENS

Apuração do resultado final, para posterior rateio final aos consorciados ativos, quando não mais houver qualquer tipo de dependência envolvendo o grupo:

## D – RESULTADO DO GRUPO

## C – ADEQUADA CONTA DO DESDOBRAMENTO DO SUBGRUPO

## RECURSOS UTILIZADOS

## D – ADEQUADA CONTA DO DESDOBRAMENTO DO SUBGRUPO

## RECURSOS COLETADOS

## C – RESULTADO DO GRUPO.

Registro dos pagamentos do rateio final:

Pelo registro de valor rateado entre os participantes do grupo:

## D – VALORES RATEADOS

## C – DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Fundo Comum

## C – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Fundo Comum

Encerramento de saldos para fechamento definitivo do grupo:

## D – RESULTADO DO GRUPO

## C – VALORES RATEADOS.



## CAPÍTULO 5 - CONCLUSÃO

A conjunção de esforços para realizar ou obter algo está intimamente ligada ao próprio instinto gregário do homem, o qual não garantiu apenas a sobrevivência do homem primitivo como, ao longo dos tempos, tem permitido avanços em todas as áreas de conhecimento, de modo a imprimir, por toda a parte, a face da civilização.

A reunião de pessoas, visando a obtenção ou satisfação de uma meta, é a manifestação desse instinto gregário, detectável, assim, sob formas e objetivos diversos já em culturas antigas. O sistema de consórcio conta com uma legislação flexível que garante não só para administradores, fabricantes e distribuidores, como, fundamentalmente, para os consumidores, que têm hoje um leque maior de oferta no mercado relativo ao produto “consórcio”, clareza em todos os aspectos que norteiam o sistema. Este tema é interessante tanto para quem trabalha quanto para quem pretende ingressar no sistema de consórcio, seja ele administrador ou consumidor.

O êxito e a popularidade do sistema ultrapassam as fronteiras nacionais, estando hoje consolidado com quase todos os países da América Latina.

A contabilidade das operações dos grupos de consórcios estendeu-se por aproximadamente 40 anos com a ausência de regulamentação específica, inexistindo padrão na forma de contabilização adotada pelas diversas empresas do segmento. A partir do ano de 1989, com a instituição do primeiro plano de contas padronizado para escrituração e, mais especificamente, a partir de 1991, quando a competência de normatizar e fiscalizar as administradoras de consórcios foram transferidas da Secretaria da Receita Federal para o Banco Central do Brasil, a contabilidade destas empresas passou por um sério processo de regulamentação, com a implementação de várias exigências e controles.

A legislação contábil em vigor aplicável às empresas de administração de consórcios visa transmitir, de forma clara e objetiva, informações sobre a situação financeira e patrimonial da própria administradora e dos grupos de consórcios, de forma individual.

Todos os consorciados podem ter acesso, a qualquer momento, a estas informações, as quais são ainda publicadas, de forma consolidada e semestralmente, em jornal de grande circulação na cidade onde está sediada a empresa. Além disto, as demonstrações financeiras e os controles internos adotados também devem ser periodicamente validados por empresa de auditoria independente. O parecer emitido também deve ser publicado.

Desta forma, os consorciados dispõem de diversas ferramentas para o acompanhamento da evolução financeira e operacional dos grupos em que participam, podendo, assim, exercer a função de fiscalizador dos atos praticados pela administradora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAC – Associação Brasileira de Administradoras de Consórcio, **VEDE MECUM – Legislação e Normas Disciplinadoras do Sistema de Consórcio**. São Paulo, 2000.

ABAC – Associação Brasileira de Administradoras de Consórcio, **REVISTA SISTEMA DE CONSÓRCIOS**. São Paulo, Edições de nº 01 a 44.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Carta Circular, nº 2418. Brasília, 1993.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Circular, nº 2381. Brasília, 1993.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, COSIF – **Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional**. Brasília.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO. **Curso de Contabilidade Aplicada**. São Paulo: 1ª Edição, 1994.

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA ABAC/SINAC. **Manual do Sistema de Consórcios**. São Paulo, 1991.

FERREIRA, Fabiano Lopes. **Consórcio e Direito – Teoria e Prática**. Belo Horizonte. Editora Del Rey, 1998.

MAZZUCHINI, R. **Consortio seu maior poder de compra**. São Paulo: ABC/SINAC, 1999.

SINAC – Sindicato Nacional das Administradoras de Consórcios, **REVISTA O CONSÓRCIO**. São Paulo, Edições 01 a 28.

## **ANEXOS**

**TRECHO DA ENTREVISTA COM ERIODES BATTISTELLA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIO, (ABAC) CONCEDIDA A REVISTA BANCÁRIA BRASILEIRA, EDIÇÃO EXTRA DE JUNHO/2005, PÁGINA 23**

**Por que tantos consórcios tiveram problemas nos anos 80 e 90?**

A alternância de momentos de recessão e consumo exagerado levou muitas empresas a um desequilíbrio grave.

**E como se deu o processo de recuperação?**

Em 1990, o Ministério da Fazenda proibiu a abertura de novos grupos de consórcio e iniciou um processo de saneamento que, a partir de 1991, passou a ser fiscalizado pelo Banco Central. As exigências para se operar com consórcios aumentaram e, aos poucos, as empresas que não eram bem administradas foram saindo do mercado. Das 600 empresas registradas em 1990, só ficaram 320.

**O que determinou o desempenho recorde em 2000?**

Depois do processo de saneamento promovido pelo BC, o sistema de consórcio estava aguardando apenas a estabilização da economia para voltar a crescer.

**Em quais situações o consórcio se apresenta como melhor opção?**

Em todas, se o consumidor não estiver precisando do bem ou serviço com urgência. Caso contrário, poderá se frustrar.

**O que mudou após o controle do Banco Central?**

Atualmente, as empresas têm a mesma fiscalização dos bancos. Qualquer desequilíbrio é detectado com antecedência suficiente para se evitar que uma empresa quebre.

**DICAS E CUIDADOS – EXTRAÍDO DA REVISTA ABAC, EDIÇÃO FEVEREIRO/2001,  
PÁGINA 5**

É preciso saber escolher. Antes de entrar em um grupo de consórcio, consumidores devem verificar a idoneidade da empresa. A telefonista aposentada Ana Maria da Cruz, 50 anos, acredita que os consórcios sejam a melhor forma de o consumidor comprar produtos de primeira linha sem se “apertar” no fim do mês. “Eu tenho paciência. Já comprei geladeira, vídeo, TV, som e dois carros através de consórcios”, conta Ana, empolgada. A telefonista, que vem há 15 anos adquirindo regularmente cartas de crédito, nunca teve nenhum problema. “Como em qualquer negócio, é só você se certificar da idoneidade da empresa”, ensina ela. Atualmente, Ana viaja todos os meses para a Região dos Lagos e para as cidades serranas com seu Fiat Siena 1.6, que comprou pelo consórcio do Banco Fiat. Ela paga uma prestação de R\$500,00 por mês pelo carro, que saiu no ano passado. Ana é uma das pessoas que comprovam as vantagens do sistema e contribui para fazer crescer os números do setor.

De acordo com o gerente nacional do Consórcio Ponto Frio (Globex), Cláudio Matias, a empresa conquistou em 2000 mais 134 mil clientes. “Em 1999, registramos 46 mil novos consorciados, enquanto em 1998 tivemos um total de 13 mil pessoas que aderiram aos grupos”, contabiliza Matias. Segundo ele, esses números demonstram claramente o crescimento da empresa e o sucesso do sistema. Há dois anos, a Globex contava com 1.372 grupos. Em 1999, a empresa fechou o ano com 1.834. Mas, em 2000, a administradora comemorou o fim do milênio com 4.044 grupos formados. Um consórcio de eletroeletrônicos funciona como qualquer outro. Segundo Matias, o valor da taxa de administração é uma livre decisão da empresa. No Consórcio Ponto Frio, a taxa é de 0,9% ao mês, por exemplo. De acordo com o gerente da Globex, a média de prazo praticada

nessa modalidade de consórcio é de 25 meses para a compra da chamada linha branca, como aparelhos de ar-condicionado, refrigeradores e freezers. “Há quem adquira diversas cotas de consórcio, formando verdadeiros pacotes de compras”, diz ele.

“Consorticiados devem participar de todas as decisões. Os consorticiados devem acompanhar de perto o que se passa no seu grupo.” A dica é dada pelo presidente da Associação Brasileira dos Advogados de Empresas de Consórcio (Abaec), Vilmar Arrabal de Carvalho. Ele explica que as assembléias acontecem mensalmente e equivalem às reuniões de condomínio. “Todas as decisões são do grupo, desde a eleição de seus representantes, os mesários que fiscalizarão de perto a movimentação dos recursos pela administradora, até a escolha da forma de aplicação do fundo de reserva”, observa Vilmar Carvalho. O advogado dá uma dica para quem entrar em um consórcio comprando a cota de um participante de grupo já em andamento. Segundo ele, não basta checar se a administradora responsável pelo consórcio está devidamente autorizada pelo Banco Central (BC). “Tão importante quanto verificar o registro no BC é conferir, na administradora, a situação do consorticiado que está passando a cota. O comprador precisa checar o tamanho da dívida deixada. Uma vez transferida a cota, o novo integrante do grupo herda todos os direitos e obrigações”, completa Carvalho. De acordo com o presidente da Abaec, o maior problema dos consórcios ainda são as desistências. Muitas pessoas ficam sem condições de arcar com as prestações e, por não encontrarem um comprador para sua cota, acabam sendo obrigadas a desistir do consórcio. Nesse caso, a administradora e os próprios consorticiados, por meio do fundo de reserva, acabam tendo que arcar com as despesas do desistente, até que se consiga colocar outra pessoa no lugar. Carvalho também comenta que antes de assinar um contrato de consórcio é preciso ler atentamente as cláusulas. É preciso verificar se no contrato há o bem indicado com valor, prazo de duração do grupo, percentual de contribuições mensais, despesas que serão cobradas, tipos de seguros que serão exigidos e garantias que devem ser dadas quando for sorteado. É preciso verificar também a forma de contemplação, prazo para a utilização do crédito contemplado, a possibilidade de trocar por outro bem e forma de

antecipação de pagamento das prestações. Não pode ser deixar enganar por promessas verbais ou propaganda que não constem no contrato. Se por alguma razão, como doença ou viagem, por exemplo, for necessário desistir do consórcio, é bom saber que o consorciado não perde o dinheiro que investiu. Basta transferir a cota para uma pessoa que esteja em algum outro grupo. Mesmo se o cotista não conseguir transferir sua parte ele não perde o dinheiro. Será preciso, então, esperar o grupo acabar para receber o dinheiro de volta corrigido.

O Procon pode ajudar. De acordo com o coordenador-geral do Procon-RJ, Átila Nunes Netto, quem opta pela modalidade de consórcio só fica em apuros se a administradora não existir, isto é, se não for registrada pelos órgãos competentes. No caso das administradoras de consórcios, o registro é feito no Banco Central (BACEN). Com o controle maior do BACEN sobre a atividade, casos de grupos de pessoas que são sorteadas e não recebem o bem não acontecem mais porque a instituição está sempre checando a saúde financeira da empresa. “Como o consórcio é um investimento de longo prazo, a solidez da empresa é muito importante”, diz Netto. Mesmo com os cuidados, o Procon garante que pode ajudar àqueles que tiverem problemas. No caso de um consórcio não estar registrado no BC, o órgão de defesa pode rastrear a firma através de seu CNPJ e, assim, conseguir recuperar o valor investido. Já em caso de falência ou insolvência da empresa, a situação é mais complexa. É que a lei que rege a massa falida coloca o consumidor em terceiro lugar na escala de ressarcimento. Os ativos da empresa são usados para pagar primeiro o Governo, depois os funcionários e, só então, os clientes.



**NOVAS REGRAS PARA CONSÓRCIOS – EXTRAÍDO DA REVISTA ABAC, EDIÇÃO MARÇO/2001, PÁGINA 4**

Ficou mais seguro comprar eletrodomésticos, automóveis, pacotes de viagem e até mesmo imóveis através de consórcio. De acordo com as novas regras determinadas pelo Banco Central do Brasil, as empresas precisam de maior patrimônio líquido (PL) para poderem vender um número maior de cotas a seus grupos. Agora, restam duas alternativas aos gestores dos consórcios: ampliar o capital ou reduzir o número de grupos.

Se ela não puder abrir novos grupos de consorciados, o capital que possui será suficiente para cumprir a entrega dos bens ou cobrir indenizações em caso de falência. "Capital maior significa risco menor e mais tranquilidade. Em qualquer hipótese o consumidor sai lucrando, pois tem uma garantia maior de que o bem adquirido através de consórcio será entregue", garante Eriodes Batistella, presidente da ABAC - Associação Brasileira das Administradoras de Consórcios.

Mas de onde vem tanta segurança? "As novas regras diminuíram o percentual de endividamento das empresas. Antes, se ela possuísse patrimônio líquido de R\$ 100 mil, poderia contrair dívida de, por exemplo, R\$ 800 mil. Se a empresa declarasse falência, seria difícil honrar a entrega dos bens já que o valor era extremamente alto", explica Antônio Luiz Marinho, economista e auditor do Consórcio Librão, do Rio de Janeiro. A dívida que as administradoras de consórcio podem contrair de até 6 vezes o valor do seu patrimônio líquido atualizado.

**Consórcios também saem lucrando com as novas regras**

Regras mais rígidas significam mais tranquilidade e segurança não só para os consorciados, mas também para o setor. "Passamos por um processo de seleção natural. Há dois anos, éramos 360 empresas. Hoje, esse número caiu para 320. Algumas companhias não

conseguiram cumprir a determinação do BC e foram naturalmente eliminadas do mercado. As que se mantêm, se uniram a outros grupos ou realizaram aportes de capital. Saímos mais fortes desse processo", conta Batistella.

Ele acredita que, com a reestruturação o setor fica mais forte e solidifica sua credibilidade junto ao consumidor. "Sentimos-nos mais seguros para continuar crescendo", confirma Marinho. Com as mudanças, o setor espera deixar para trás o fantasma da onda de falências ocorridas há dez anos. Até hoje milhares de consorciados ainda não receberam seus bens.

### **Dois anos de adaptação**

As empresas que administram consórcios tiveram cerca de dois anos para se adaptarem às mudanças. O Banco Central, órgão responsável pela regulamentação e fiscalização dos consórcios no país, determinou através da circular 2861, de fevereiro de 1999, que os consórcios tivessem patrimônio líquido (o que define o capital da empresa, significando o total do passivo menos o que é devido, ou seja, o patrimônio dos sócios) multiplicado por seis, cinco ou quatro, determinado o limite operacional da empresa. Antes, o PL podia ser maior para operar a mesma quantidade de grupos - oito, sete ou seis vezes.

Segundo informações do Banco Central, agora o consorciado terá mais segurança em relação à entrega do bem. A mesma circular estabeleceu que somente administradoras com capital mínimo de R\$ 180 mil estariam autorizadas a financiar bens móveis como carros através de consórcio. Já para a comercialização de imóveis, o capital inicial seria de R\$ 470 mil.

As mudanças trouxeram otimismo ao setor. "Em dezembro, contabilizamos 2 milhões e 810 mil consorciados. A estimativa é de que fechemos o ano em 3 milhões, um aumento de cerca de 7% em relação ao ano anterior", espera Batistella.

**BRASILEIROS CONQUISTAM MAIS IMÓVEIS, VEÍCULOS E ELETRODOMÉSTICOS  
ATRAVÉS DE LANCES E SORTEIOS – EXTRAÍDO DA REVISTA ABAC, EDIÇÃO  
ABRIL/2001, PÁGINA 7**

Quem não tem pressa e sonha com a casa própria, um carro ou até mesmo um computador encontra no consórcio a opção de parcelamento mais barata do mercado. O sistema volta a ganhar adeptos: só no ano passado, 1,3 milhão de pessoas fizeram suas compras dessa forma e as empresas tiveram o melhor desempenho da década, movimentando R\$ 11 bilhões.

O presidente da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac), Eriodes Battistella, classifica o crescimento em 2000 como uma demonstração de maturidade dos consumidores, que começam a fugir das altas taxas de juros cobradas por bancos e financeiras. “Com a estabilização da economia, as pessoas estão sabendo planejar as suas compras”, justifica Battistella.

**Planos para Educação e cirurgia plástica**

O bom resultado animou os empresários, que preparam novidades já para este semestre. Entre os projetos, estão a criação de consórcios para Educação, tratamento odontológico e cirurgia plástica. Na semana passada, o Banco Central (BC) autorizou a formação de grupos para consórcios de turismo internacional.

O sucesso deve-se, em grande parte, ao maior controle exercido pelo BC sobre as administradoras, garantindo mais segurança ao consumidor. No início do mês, a instituição passou a exigir que as empresas tivessem mais dinheiro em caixa para autorizar a formação de novos grupos. A medida foi adotada para incentivar a atividade e evitar que o consorciado corra o risco de não receber o bem.

As perspectivas para este ano são bastante otimistas. A previsão da Abac, que reúne 320 administradoras no País, é chegar aos 3,1 milhões de consorciados – crescimento de 7%.

A queda da inflação e a retomada do crescimento econômico foram determinantes para o bom desempenho do sistema de consórcio em 2000. Com mais tranquilidade para fazer compras planejadas em prazos maiores, 1,3 milhão de consumidores optaram pela modalidade, que encerrou o ano com participação de 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Os resultados positivos se estenderam por todos os segmentos. O maior crescimento de vendas no ano (40%) ficou por conta dos eletroeletrônicos, confirmando o retorno da classe média aos consórcios.

O aumento de consorciados nos grupos de imóveis também foi expressivo. No ano passado, 81 mil pessoas ingressaram em algum grupo de consórcio imobiliário. O segmento, que cresceu 30,6% no período, foi responsável pela entrega de 7.600 imóveis. O maior volume de recursos ainda é captado pelo grupo dos veículos automotores, responsável por 74,27% de todo o dinheiro movimentado pelas administradoras. No entanto, 2000 marcou uma inédita inversão de papéis. Pela primeira vez, o número de motos vendidas via consórcio (1,3 milhão) superou o de automóveis (1,1 milhão).

**CRESICMENTO CHEGA A 14,8% NO SEMESTRE – EXTRAÍDO DA REVISTA SINAC,  
EDIÇÃO JULHO/2000, PÁGINA 6**

As vendas de cotas de consórcios se intensificaram nos últimos seis meses do ano. No período, houve uma evolução de 14,8%, chegando a quase 690 mil novos participantes, contra 600 mil em 1999. Para a Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac), o resultado confirma a tese de que o setor tende a se expandir em um cenário de estabilidade econômica.

Como o valor das prestações só aumenta se houver reajuste no preço de fábrica do produto, a queda da inflação permite que as empresas façam um planejamento financeiro mais afinado, e também dá mais tranquilidade para que o consumidor planeje suas compras.

**DESINFORMAÇÃO É A MAIOR INIMIGA DO SETOR – EXTRAÍDO DA REVISTA SINAC,  
EDIÇÃO FEVEREIRO/2001, PÁGINA 5**

Para o diretor da ABAC do Rio de Janeiro, Antônio Célio Ribeiro, o crescimento do sistema de consórcios deve se intensificar este ano, à medida que a confiança da população na recuperação econômica for aumentando. “O brasileiro ainda não conhece todas as vantagens do consórcio”, destaca Ribeiro.

De fato, as taxas médias cobradas pelos consórcios são até seis vezes menores do que os juros do sistema financeiro. Mas, então, por que o setor não cresceu em um ritmo semelhante aos 284% registrados pelos empréstimos convencionais para aquisição de bens? Segundo a Abac, a resposta está justamente na desinformação do consumidor.

Ainda existe uma memória das dificuldades financeiras que algumas administradoras de consórcio tiveram a partir da década de 80. Mas, hoje, o setor está totalmente saneado e obedece a um rígido controle do Banco Central. O crescimento de 2000 mostra que a população está voltando, gradativamente, a investir no único sistema de financiamento que não cobra juros”, conclui Ribeiro.

No ano passado, 41 mil brasileiros resolveram realizar o sonho da casa própria aderindo a um consórcio de imóveis. No período, houve um crescimento de 30,6% em relação às vendas de 1999. Além da estabilidade econômica, a modalidade ganhou força quando a Caixa Econômica Federal anunciou restrições para os empréstimos habitacionais e extinguiu a carta de crédito.

O consórcio imobiliário segue o mesmo raciocínio dos demais, com apenas uma diferença no que diz respeito à correção das parcelas. Como não existe a possibilidade de calcular o preço de “fábrica” dos imóveis, as prestações são corrigidas anualmente com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC).

Ao ingressar em um consórcio, o consumidor escolhe um grupo dentro da faixa de preço da casa ou apartamento que deseja comprar. Não existem limitações de prazos e nem de valores. O crédito também pode ser utilizado para qualquer finalidade no campo imobiliário, incluindo compra de terrenos, imóveis comerciais e reformas.

### **FGTS também pode ser usado**

Outro diferencial do consórcio imobiliário, em relação às demais modalidades, está na possibilidade de o consorciado usar o seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitar ou complementar o valor contratado.

O diretor da Rodobens, líder nacional em consórcios imobiliários, Helson Lemos, explica que, ao ser sorteado, o consorciado só precisa apresentar um imóvel dentro da faixa de crédito em questão, que a empresa compra o bem e realiza a transferência. A unidade fica hipotecada, como garantia, até que todas as mensalidades sejam pagas. “Também nos preocupamos com a parte legal e só transferimos o imóvel se estiver com a documentação regularizada”, explica Helson.

O securitário Nelson Pires, 25 anos, é um dos que revelam o interesse pela modalidade. “Estou noivo e como já adquiri com sucesso diversos produtos para casa pelo sistema de consórcio, pretendo, em breve, entrar em um novo grupo, agora com o objetivo de comprar um apartamento”, revela.

Anexo 7

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

Modelo de remessa ao Banco Central

Data – Base: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Administradora

CGC:

ATIVO	CÓDIGOS
ATIVO CIRCULANTE	1.0.0.00.00-7
DISPONIBILIDADES	1.1.0.00.00-6
Caixa	1.1.1.00.00-2
CAIXA	1.1.1.10.00-6
Depósitos Bancários	1.1.2.00.00-2
Depósitos Bancários	1.1.2.92.00-3
Fundo Comum	1.1.2.92.10-6
Fundo de Reserva	1.1.2.92.20-9
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.2.0.00.00-5
Outras	1.2.9.00.00-2
Aplicações Financeiras	1.2.9.90.00-5
Fundo Comum	1.2.9.90.10-8
Fundo de Reserva	1.2.9.90.20-1
Vinculadas a Contemplação	1.2.9.90.30-4
Outros Créditos	1.8.0.00.80-9
Valores Específicos	1.8.7.00.00-0
Bens Apreendidos	1.8.7.88.00-8
Valores a receber por Venda de bens	1.8.7.90.00-3
Contribuições a Receber em Atraso	1.8.7.92.00-1
Contribuições a Receber Ajuizadas	1.8.7.94.00-9
Cheques e Outros Valores a Receber	1.8.7.98.00-5
COMPENSAÇÃO	3.0.0.00.00-1
Consórcio	3.0.7.00.00-2
Previsão Mensal de Recursos a receber de Consorciados	3.0.7.75.00-6
Contribuições Devidas ao grupo	3.0.7.78.00-3
Contribuições Devidas	3.0.7.78.10-6
Diferenças de Contribuições	3.0.7.78.20-9
Reajuste de Saldo de Caixa	3.0.7.78.30-2
Consortados – Bens a Contemplar	3.0.7.81.00-7
Contemplação a Entrega	3.0.7.84.00-4
Bens a Entregar a Consortados	3.0.7.87.00-1
Bens Entregues a Consortados	3.0.7.90.00-5
Assembléias a Realizar	3.0.7.93.00-2
Diversas Contas de Compensação Ativas	3.0.7.99.00-6
TOTAL GERAL DO ATIVO	3.9.9.99.99-3



<b>PASSIVO</b>	<b>CÓDIGOS</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>4.0.0.00.00-8</b>
Outras OBRIGAÇÕES	4.9.0.00.00-9
Obrigações Diversas	4.9.8.00.00-3
Obrigações com a Administradora	4.9.8.92.00-4
Recursos a Devolver a Consorciados Desligados	4.9.8.94.00-2
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>6.0.0.00.00-2</b>
Grupos de Consócio	6.3.0.00.00-9
Recursos Coletados	6.3.1.00.00-2
Contribuição para Aquisição de Bens	6.3.1.10.00-9
Recursos Coletados	6.3.1.10.10-2
Transferidos do Fundo de Reserva	6.3.1.10.20-5
Reajuste de Saldo da Caixa	6.3.1.10.30-8
Rendimentos Vinculados a Contemplações	6.3.1.10.40-1
Taxa de Administração	6.3.1.20.00-6
Coletadas	6.3.1.20.10-9
Taxa de Adesão	6.3.1.20.20-2
Contribuições ao Fundo de Reserva	6.3.1.25.00-1
Recursos Coletados	6.3.1.25.10-4
(-) Transferidos ao Fundo Comum	6.3.1.25.20-7
Rendimentos de Aplicações Financeiras	6.3.1.30.00-3
Fundo Comum	6.3.1.30.10-6
Fundo de Reserva	6.3.1.30.20-9
Vinculados a Contemplações	6.3.1.30.30-2
(-) Transferidos ao Fundo Comum	6.3.1.30.60-1
Multas e Juros Moratórios Recebidos	6.3.1.35.00-8
Multas e Juros Moratórios	6.3.1.35.10-1
(-) Transferidos ao Fundo Comum	6.3.1.35.60-6
Prêmios de Seguro	6.3.1.40.00-0
Custas Judiciais Recebidas	6.3.1.45.00-5
Reembolso de Despesas de Registro de Contratos de garantia	6.3.1.60.00-4
(-) Recursos Utilizados	6.3.2.00.00-5
(-) Aquisição de Bens	6.3.2.10.00-2
(-) Taxas de Administração Paga	6.3.2.20.00-9
(-) Multas e Juros Moratórios Repassados à Administradora	6.3.2.35.00-1
(-) Prêmios de Seguro Pagos	6.3.2.40.00-3
(-) Custas Judiciais Pagas	6.3.2.45.00-8
(-) Devolução a Consorciados Desligados	6.3.2.50.00-0
(-) Seguro de Quebra de Garantia	6.3.2.55.00-5
(-) Despesas de registro de Contratos de Garantia	6.3.2.60.00-7
(-) Rendimentos Pagos Vinculados a Contemplações	6.3.2.70.00-4
(-) Valores Rateados	6.3.2.97.00-1
Outros	6.3.3.00.00-8
(-) Prejuízos com Consorciados	6.3.3.30.00-9
Obrigações de Consorciados	6.3.3.40.00-6
(-) Recursos Coletados a Devolver a Consorciados	6.3.3.60.00-0
Reajuste de Obrigações com a Administradora	6.3.3.70.00-7
Resultado do Grupo	6.3.3.95.00-6
<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>9.0.0.00.00-3</b>
Consórcio	9.0.7.00.00-4
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	9.0.7.75.00-8

Obrigações do Grupo pó Contribuições	9.0.7.78.00-5
Obrigações por Futuras Contemplações	9.0.7.81.00-9
Créditos a Disposição de Consorciados	9.0.7.84.00-6
Obrigações por Entrega de Bens	9.0.7.87.00-3
Entrega de Bens a Consorciados	9.0.7.90.00-7
Assembléias Futuras	9.0.7.93.00-4
Diversas Contas de Compensação Passivas	9.0.7.99.00-8
TOTAL GERAL DO PASSIVO	9.9.9.99.99-5

DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES NOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Modelo de Publicação e Remessa ao Banco Central

Data – Base: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Administradora

CGC:

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGOS	VALOR
- DISPONIBILIDADES (em     /     /     )	06.0.0.0.0-80	
Caixa	06.1.0.0.0-5	
Depósitos Bancários	06.2.0.0.0-2	
Aplicações Financeiras	06.3.0.0.0-9	
Cheques em Cobrança	06.4.0.0.0-6	
- ( + ) RECURSOS COLETADOS	07.1.0.0.0-8	
Contribuição para Aquisição de Bens	07.2.0.0.0-5	
Taxa de Administração	07.3.0.0.0-2	
Contribuições ao Fundo de Reserva	07.4.0.0.0-9	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	07.5.0.0.0-6	
Multas e Juros Moratórios	07.6.0.0.0-3	
Prêmios de Seguro	07.7.0.0.0-0	
Custas Judiciais	07.8.0.0.0-7	
Reembolso de Despesas de Registro	07.9.0.0.0-4	
Outros	07.0.0.0.0-1	
- ( - ) RECURSOS UTILIZADOS	08.0.0.0.0-4	
Aquisição de Bens	08.1.0.0.0-1	
Taxa de Administração	08.2.0.0.0-8	
Multas e Juros Moratórios	08.3.0.0.0-5	
Prêmios de Seguros	08.4.0.0.0-2	
Custas Judiciais	08.5.0.0.0-9	
Devolução a Consorciados Desligados	08.6.0.0.0-6	
Despesas de registro de Contrato	08.7.0.0.0-3	
Rendimentos Pagos Vinculados a Contemplações	08.8.0.0.0-0	
Outros	08.9.0.0.0-7	
- DISPONIBILIDADES (em     /     /     )	09.0.0.0.0-7	
Caixa	09.1.0.0.0-4	
Depósitos Bancários	09.2.0.0.0-1	
Aplicações Financeiras	09.3.0.0.0-8	
Cheques em Cobrança	09.4.0.0.0-5	

Obs.: Na publicação desta demonstração financeira, dispensa-se a apresentação dos Códigos.